

41o Encontro Anual da Anpocs

Questões de posição e o voto no Brasil: o peso de um aspecto negligenciado pela
literatura de comportamento político

Thiago Moreira da Silva

GT5 - Comportamento, opinião pública e cultura política

Questões de posição e o voto no Brasil: o peso de um aspecto negligenciado pela literatura de comportamento político

Thiago Moreira da Silva

thiagomoreira@iesp.uerj.br

Hi.po.con.dria. Sf. “Transtorno psicológico caracterizado por uma preocupação compulsiva e medo constante de sofrer ou vir a sofrer de enfermidade(s) grave(s), a partir de interpretações pessoais baseadas em sintomas somáticos, que persistem a despeito das investigações médicas e que não podem ser atribuídas a uma doença real”.

– Dicionário Michaelis, edição eletrônica¹.

Introdução

Decerto, a enfermidade mais famosa nos diagnósticos da literatura de comportamento eleitoral no Brasil é a “síndrome do Flamengo”, cunhada pelo cientista político Fábio Wanderley Reis nos anos 1980. Assim o autor retratou a suposta simplicidade das percepções e imagens que os eleitores usam para basear seus entendimentos e condutas acerca da política institucional. Nesse sentido, o fato de os cidadãos não possuírem crenças estruturadas atinentes ao jogo político afeta, por consequência, a decisão eleitoral dos indivíduos - ancorada em vinculações personalistas. O cenário nacional, de fato, parece pouco afeito a manifestações do tipo, em virtude de composições institucionais desfavoráveis, baixos níveis de instrução da população, alto grau de desigualdade social e, conseqüentemente, um modelo de gestão dos bens públicos alicerçado em práticas clientelistas.

O efeito de contágio dessa prescrição provocou, então, uma epidemia na literatura especializada, que depositou pouca atenção aos condicionantes empíricos da tese. Por conseguinte, as análises dos determinantes do voto padecem de verificações acuradas sobre a pertinência do exame desenvolvido, aparentando uma espécie de transtorno hipocondríaco - no qual os prognósticos foram sentidos sem uma manifestação concreta da psicopatologia.

Signatário dessa teoria, o recente livro “O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos”(Bonifácio *et al.*, 2014) fornece um catálogo dos principais elementos

¹Retirado do endereço eletrônico <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=hipocondria>, acesso em 16 de dezembro de 2016, às 15:02 min.

discutidos pela literatura nos últimos anos - sistema eleitoral, financiamento de campanha, sofisticação política, voto econômico, influência de grupos religiosos, corrupção, papel da mídia, interferência das emoções, além de um inconclusivo artigo a respeito da ascendência da ideologia -, ratificando o pouco entusiasmo dos politólogos com o nexos dos posicionamentos políticos e a conduta observada nas urnas.

O objetivo das linhas seguintes é de testar a precisão do arrazoado. Com efeito, será analisado o impacto das questões de posição na inclinação eleitoral dos brasileiros em diversos pleitos presidenciais. Antes, entretanto, cabem algumas observações: o voto orientado por questões de posição ocorre quando o votante, dentre as opções disponíveis, opta pelo candidato que melhor representa suas visões de mundo (Stokes, 1963). As questões de posição, ao contrário das de valência, causam divisões entre os atores sociais - casos de temas como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o papel do Estado na economia, a aceitação do aborto, etc. Tal atuação também se diferencia de condutas clientelísticas - a troca do sufrágio por benefícios privados exclusivos - ou personalistas, cujos traços pessoais norteiam a interface.

Ademais, a ideia de multidimensionalidade das crenças aparece como o fio condutor deste trabalho, separando as predileções políticas em eixos distintos. A conceitualização favorece um entendimento mais pormenorizado de aspectos da ideologia dos cidadãos e auxilia a capturar a forma heterogênea como os indivíduos concebem os conflitos sociais (Feldman e Johnston, 2014).

Como resultado, constata-se a presença infundada dos postulados que atribuem aos votantes brasileiros uma orientação respaldada unicamente pela identificação com os traços pessoais dos representantes, o clientelismo e o julgamento do desempenho dos governantes. As concepções simbólicas, e não meramente materiais, das condutas dos cidadãos desvelam efeitos substanciais em todos os pleitos explorados. A saliência indicada, ou seja, o peso que as pessoas atribuem às diferentes dimensões, contudo, não é a mesma, mas varia de acordo com o grau de sofisticação dos indivíduos.

O artigo está estruturado em 3 partes. Na primeira, uma descrição pormenorizada da “síndrome do Flamengo” e seus efeitos sobre a literatura de comportamento eleitoral. Na segunda, discute-se a metodologia empregada, baseada no uso de análises fatoriais, cuja função é autorizar a inferência sobre as possíveis dimensões utilizadas como preditores do voto no Brasil. Por fim, são expostos os resultados das associações entre as questões de posição e o voto.

A síndrome do Flamengo e os determinantes do voto no Brasil

Segundo Reis (1988), as preferências ideológicas ou partidárias dos brasileiros não estão apoiadas em assuntos propriamente políticos, mas em imagens obscuras, simplificadas, do cenário em questão². Existiria, portanto, uma divisão quase binária, baseada em emblemas tais como “povo”, “governo”, “oposição”, “pobres” e “ricos”. Essa situação inevitavelmente conduziria a política nacional rumo ao populismo. Conforme o autor:

Assim, no eleitorado popular, em cuja percepção não se integram senão precariamente os diversos aspectos ou dimensões do universo sociopolítico, a opção eleitoral oposicionista parece ligar-se antes ao contraste vagamente apreendido entre o popular e o elitista (“pobres” *versus* “ricos”, “povo” *versus* “governo”), no qual se traduz uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza. Por outras palavras: votar na oposição é, para o eleitor em questão, um pouco como torcer por um clube popular de futebol - o Flamengo, digamos, para tomar talvez o mais popular deles. [...] Temos, assim, uma espécie de “síndrome do Flamengo” que não apenas tende a negar a um regime autoritário como o que controlou o país até 1985 a possibilidade de verdadeira legitimação pela via eleitoral como também faz do populismo, na atualidade brasileira, uma fatalidade, desde que as condições institucionais permitam um jogo político razoavelmente aberto e sensível perante o eleitorado (REIS, 1988, p. 78-79).

A ideia da falta de uma atuação política *issue-oriented*, isto é, pautada por atores informados sobre as principais agendas coletivas, cuja compreensão levaria ao estabelecimento de um amálgama entre os aspectos estáveis desse universo - supostamente aplicável a eleitores de outras searas - logo influenciou uma série de trabalhos de comportamento político. Castro (1994), diretamente inspirada pelos postulados de Reis, levou a cabo a intenção de explicar o comportamento eleitoral segundo o grau de sofisticação dos cidadãos, pois somente uma minoria conseguiria nortear suas decisões guiada por assuntos políticos, enquanto a grande parcela da população seria desinformada e, conseqüentemente, não teria opiniões acerca das questões centrais do debate público.

²A visão acerca do pouco conhecimento dos eleitores ordinários sobre a política não é inédita e tem no clássico trabalho de Converse (1964) o seu principal bastião. Para o autor, a inconsistência da população no momento de responder perguntas simples demonstra a falta de capacidade dos cidadãos de emitirem opiniões a respeito de conteúdos do universo político. Somada à falta de estruturação, o balanço aponta também um desinteresse geral por aspectos da vida pública, o que levou Converse a concluir por uma suposta “inocência ideológica dos estadunidenses.

Isto posto, a maioria do eleitorado guiaria seus julgamentos por “imagens políticas vagas e ponderações atinentes às características pessoais dos candidatos em disputa”. Nessa direção, Silveira (1998) pontua que a política atual, fruto de um novo panorama vigente, alicerçada nos veículos midiáticos e de *marketing*, contribui para a consubstanciação de um eleitor intuitivo e não-racional. Para Baquero (1994), sob a ótica da cultura política, o votante personalista e pragmático marca o estilo predominante dos brasileiros, mais preocupado com critérios de eficiência da gestão pública.

Em razão da baixa identificação e saber político, a compreensão dos conteúdos coletivos no arquétipo sublinhado se daria de forma desordenada e, assim, concorreria para o aumento da volatilidade desses indivíduos. Para Carreirão (2002):

O pressuposto de que os leitores conhecem as posições dos candidatos em *issues* salientes, de que eles conhecem suas próprias preferências perante esses *issues* e de que eles conceptualizam os resultados eleitorais em termos de dimensões políticas bem definidas, parece estar em desacordo fundamental com as descobertas de décadas de pesquisas de opinião (Carreirão, 2002:48).

O “desacordo fundamental, evidenciado pelo autor, encontra suporte ainda em trabalhos com desenhos comparados. A título de exemplo, Kitscheldt *et al.* (2001) considera os sistemas político-partidários latino-americanos menos programaticamente organizados se comparados aos correlatos da Europa Ocidental. Na escala dos autores, nenhum dos doze países ponderados exhibe altos níveis nesse quesito, e somente Chile e Uruguai atingem pontos intermediários. Nessa perspectiva, os compósitos institucionais com alta polarização e menor fragmentação partidária teriam mais chances de produzir eleitores orientados por questões de posição.

Assim, a personalização da escolha dos dirigentes, embora uma tendência de escopo global³, encontra no sistema representativo de lista aberta, adotado no Brasil, outro considerável impulso (Tavares, 1994; Samuels, 1997; Ames, 2003; Nicolau, 2006)⁴. Entre as principais consequências desse ordenamento incluem-se a fragilização das identidades dos cidadãos com as legendas, a dificuldade de controle das candidaturas pelos partidos e o incitamento da competição intrapartidária.

³Para Manin (1997), os sistemas representativos sofreram profundas alterações em virtude da consolidação dos meios de comunicação de massa. Segundo o autor, a comunicação direta - sem a necessidade de intermediação dos partidos políticos - possibilitada pelos avanços tecnológicos contribuiu para fomentar uma relação mais personalista entre representantes e representados.

⁴Nesse tipo de regulação, compete aos eleitores a escolha das possíveis lideranças que irão ocupar as cadeiras conquistadas pelas legendas ou coligações. A disposição dos candidatos é fixada numa lista não ordenada pelas agremiações, para que o votante possa indicar suas preferências.

tidária (Nicolau, 2006).

Singer (1999), mesmo ao defender a incorporação da identificação ideológica à guisa de variável preditiva do comportamento eleitoral, usa instrumental semelhante quando pontua o conhecimento abstrato, porém desestruturado dos conceitos esquerda e direita, revelando um emprego intuitivo dessas categorias, caracterizadas tal qual um sentimento ideológico que “[...] permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não saiba verbalizar. E a mesma intuição o conduz a situar os candidatos (e os partidos) nessa escala e a votar coerentemente (Singer, 1999: 149)”.

Batista (2013), por seu turno, pontua que a estruturação do sistema de crenças é afetada pelos níveis de sofisticação política dos cidadãos. Ou seja, o entendimento que os indivíduos têm a respeito dos objetos e dos fatos do mundo da política auxilia a organização de ideia e atitudes, conectadas por “alguma forma de estruturação ou interdependência funcional”(Batista, 2013:302). Fora isso, os mais sofisticados têm opiniões mais estáveis ao longo do tempo, adquirem mais informações e tendem a expressar de maneira corriqueira suas predileções.

Com efeito, a estruturação das crenças políticas não consta nos exames da maioria dos analistas, diante de um cenário institucional complexo combinado a uma realidade social incompatível, em que a maioria dos eleitores carece de níveis de conhecimento e de condições materiais para exercer a cidadania. Os estudos atinentes a esse campo desenvolveram-se, portanto, sob o pano de fundo de certa incapacidade cognitiva dos eleitores em ajustar suas predileções aos programas políticos oferecidos pelos candidatos. Vale, então, elencar brevemente alguns dos principais determinantes utilizados para a compreensão do sufrágio no país.

Personalismo, clientelismo e o julgamento do desempenho da economia

Fora o personalismo, outro condicionante ocupa lugar central nas inferências: a avaliação da economia, já que a ponderação das diretrizes da economia seria mais simples e direta e se acomodaria melhor a um cenário de eleitores menos sofisticados (Mendes e Venturi, 1994; Carreirão, 1999, 2007; Nicolau, 2007; Soares e Terron, 2008; Lício, Rennó e Castro, 2009; Peixoto e Rennó, 2011). O raciocínio por trás dessa lógica é claro: as pessoas votam para punir ou recompensar os governos, em diferentes matizes - nas concepções egotrópicas ou sociotrópicas, no arranjo temporal retrospectivo, momentâneo ou prospectivo e no cruzamento dessas dinâmicas⁵. Por óbvio, se a economia vai bem, o incumbente recebe maior apoio; se vai mal, a oposição se

⁵Para uma discussão pormenorizada dos tipos de voto econômico, ver Lewis-Beck (1985).

beneficia (Key, 1966).

Modelos recentes têm focado ainda em políticas distributivas – sobretudo o Programa Bolsa Família (PBF)⁶ - para compreender o modo como estas impactam a competição eleitoral (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Zucco, 2013; Soares e Terron, 2008; Licio Rennó e Castro, 2009; Amaral e Ribeiro, 2015). O tom, mais ou menos consensual, revela a ressonância efetiva na lógica de disputa entre PT e PSDB, vocalizando a inversão das bases das duas legendas nos interstícios do pleito presidencial de 2006, em grande parte devido ao PBF (Singer, 2009)⁷.

Os efeitos das iniciativas afinadas com a redução da pobreza, orquestradas sob a égide dos governos Lula (2003-2010), produziram resultados na autopercepção da situação de classe dos segmentos mais carentes da população. Como corolário, a ascensão social passou a fulgurar enquanto preditor das disposições políticas (Peixoto e Rennó, 2011).

Ainda na seara das questões de valência - temas consensuais, cujo mote se revolve de concordância pelos contendores do jogo político - e da análise do desempenho dos representantes, Rennó (2010) e Rennó e Ames (2014) ressaltam o peso da corrupção como um prisma das sanções dos representantes. Para os autores, o envolvimento em escândalos de corrupção prejudicou as intenções de Lula (PT), em 2006, e Dilma (PT), em 2010.

A importância dos partidos também figura no rol dos preditores usualmente examinados, embora conte com as devidas discordâncias. De um lado, os que enfatizam o protagonismo monológico do PT (Carreirão e Barbeta, 2004), espécie de condutor fundamental da simpatia e da rejeição nas escolhas eleitorais; de outro, estudos mais otimistas destacam a estabilização dialógica entre PT e PSDB para ressaltar a força da variável nos resultados das urnas (Limongi e Cortez, 2010; Braga e Pimentel, 2011; Samuels e Zucco, 2014). Samuels (2004), no entanto, realça que os contornos da simpatia com as legendas não precisam necessariamente se revestir de tons programáticos, mas podem refletir algum tipo de vinculação afetiva de natureza personalista - como é o caso dos petistas com Lula -, retomando assim os padrões tradicionais da política

⁶O Bolsa Família é o principal programa de transferência de renda do governo federal. A iniciativa unificou outros programas de distribuição de renda condicionados, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação. Atualmente, o PBF atende cerca de 14 milhões de famílias, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (<https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>, acesso em 6 de dezembro de 2016, às 21:40 min).

⁷Outro programa relevante usualmente analisado nos estudos de comportamento eleitoral é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma política de transferência de renda para idosos e pessoas não aptas ao trabalho. Sobre o assunto, ver Soares *et al.* (2006).

brasileira.

Na linhagem sociológica das explicações do sufrágio, a religião - especialmente a evangélica - vem se tornando o carro-chefe das análises em períodos recentes (Oro, 2003; Bohn, 2004; Rodrigues e Fuks, 2015). O bloco protestante, com atuação modesta até os anos 1980, chama a atenção desde os debates da Assembleia Constituinte de 1986. Os sucessivos êxitos eleitorais de candidatos ligados a esses segmentos religiosos, sobretudo nos pleitos legislativos, despertam progressivamente a curiosidade dos estudiosos⁸.

Os diagnósticos alternativos

Se a vasta maioria dos estudos corrobora com a tese de que o comportamento dos eleitores no Brasil se reduz à avaliação do desempenho de governo incumbentes ou à apreciação de apelos personalistas e clientelísticos, os poucos trabalhos produzidos com a tentativa de encontrar vínculos sólidos entre as diretrizes econômicas e sociais dos representantes e as preferências dos representados se depararam com achados um tanto excêntricos: existe, de fato, congruência entre as preferências de eleitores e governantes.

Surpreende nessas investigações a evidência de um tipo de cidadão que orienta suas condutas políticas em virtude de posicionamentos reais acerca de temas específicos. De outro modo, detectou-se a presença de uma espécie rara em ambiente pouco propício à sua reprodução: o eleitor guiado por questões de posição em um país marcado por indicadores sociais desfavoráveis e um sistema político-eleitoral pautado pelo multipartidarismo e pelo sistema de lista aberta.

Assim sendo, algumas poucas análises examinaram direta ou indiretamente o impacto dos *issues* nos resultados eleitorais. Conquanto não fosse o cerne de suas intenções, Rennó e Ames (2011) testaram a importância da aprovação do aborto na direção do voto em 2010 e concluíram que a pauta trouxe prejuízos para Dilma Rousseff (PT), especialmente no segmento evangélico, servindo para “acentuar as clivagens religiosas e mostrar a força que temas ligados à religião podem ter em eleições”(Rennó e Ames, 2011: 212).

Baker e Green (2011), explorando a guinada à esquerda na América Latina, apontaram como causa central do sucesso das legendas progressistas no continente o declínio do entusiasmo dos latino-americanos com as reformas de mercado. A combinação de atitudes ambíguas em

⁸Se a destreza programática dos cidadãos brasileiros não vingou na literatura especializada, o mesmo pode ser dito da potência das emoções na escolha do voto. Os poucos trabalhos empíricos existentes enfatizam o vínculo das emoções e da razão no processo cognitivo (Lavareda, 2009; Pimentel, 2010).

relação à condução da economia entre os votantes do continente, com suporte ao livre mercado e oposição às privatizações, autorizava, enfim, partidos de oposição ao modelo hegemônico a modificar de maneira ponderada o projeto edificado durante os tempos do chamado Consenso de Washington.

Nesse quesito, Bello (2016) foi mais a fundo e investigou o voto correto, concebido por Lau e Redlawsk (2006), no Brasil. O autor - considerando proposições atinentes à reforma agrária, gastos sociais, ideologia e privatização - concluiu que o ato de escolher os representantes que melhor defenderam as predileções da população ocorreu em níveis significativos no país nos pleitos de 2002. Em sua versão, os brasileiros aprenderam a “votar corretamente” graças a um fator informal, o contexto social imediato, mediante as conversas interpessoais.

As pesquisas elencadas até aqui se estruturam com base em itens individuais. Uma virada metodológica, todavia, permite uma averiguação mais robusta do fenômeno. Trata-se da construção de índices compósitos com o objetivo de verificar as preferências políticas, modelo sugerido por Achen (1975) e posto à prova por Ansolabehere *et al.* (2008). Nesses índices, criados a partir da variação compartilhada de diversos preditores, capta-se a dimensão latente das opiniões a respeito de uma pauta específica.

Com efeito, novamente Baker e Greene (2015), observaram a influência dos *issues* fatoriais na direção do voto nos países antes observados. E o desfecho foi semelhante: em pelo menos quatorze nações do continente, ao longo dos últimos quinze anos, tivemos o *positional issue voting* em níveis estatisticamente significativos nos enunciados ligados à economia.

Nas análises elencadas, contudo, temos de lidar com duas limitações: o exame de apenas alguns poucos itens e a inspeção restrita a um modesto número de eleições. No primeiro ponto, oculta-se a possibilidade de identificação de outros temas de relevo para o comportamento eleitoral; no segundo, encobre-se o fator contextual dos pleitos, negligenciando a perspectiva de cenários eleitorais diferentes, com maior ou menor polarização ideológica.

Aliada à proposição metodológica, a tese de que os cidadãos organizam suas crenças políticas de maneira *multidimensional* fornece o aporte teórico para uma revisão dos condicionantes do voto no país (Conover e Feldman, 1984; Silva, 2016). Em vez do desarranjo das convicções políticas, aposta-se em uma configuração cognitiva em que os eleitores possam combinar preceitos em eixos independentes. Como um produto crítico da multidimensionalidade, a saliência de algumas crenças específicas varia entre os indivíduos, criando quadros de referência dessemelhantes pelos quais é compreendido o jogo eleitoral.

As pesquisas que lidam com a teoria da multidimensionalidade geralmente enfatizam a separação das disposições econômicas e morais conferida pelos indivíduos (Conover e Feldman, 1981; Kerlinger, 1984; Pefey e Hurwitz, 1985; Heath, Evans e Martin, 1994; Evans, Heath e Lalljee, 1996; Ashton *et al.*, 2005; Achterberg e Houtman, 2009; Treier e Hillygus, 2009; Baldassari e Goldberg, 2014; Carmines, 2015). Entretanto, Silva (2016), influenciado pelas obras de Singer (2000) e Ames e Smith (2010), nota que pelo menos um terceiro fator pode ser incluído no arcabouço da estruturação cognitiva dos brasileiros: a tolerância com a desordem social. Nesse sentido, cabe enfatizar, o traço se sustenta em virtude do intenso envolvimento dos movimentos sociais na democratização e na ampliação do cânone democrático vigente no país, mediante a participação de ativistas em arenas de formulação e implementação de políticas públicas - casos do Orçamento Participativo e das experiências dos Conselhos Gestores (Singer, 1999; Dagnino *et al.*, 2006; Avritzer, 2007; Abers, 2011)⁹.

Ademais, o autor mostrou que a estruturação multidimensional não muda conforme o grau de sofisticação dos indivíduos. O trabalho citado, no entanto, não considerou a possibilidade de um peso diferenciado em relação às questões de posição, atribuído por eleitores com graus distintos de informação.

Diante do quadro teórico exposto, testa-se duas hipóteses centrais: a) *a suposta irrelevância das questões de posição no comportamento eleitoral dos cidadãos* e b) *a tendência de que o nível de sofisticação política dos eleitores configure uma alteração na saliência das dimensões consideradas na definição do voto*.

Dados e metodologia

Para dar conta do intento, utilizam-se diversas bases com o objetivo de mapear os pleitos presidenciais ao longo dos anos. Privilegiou-se dois aspectos principais como critério de escolha do material empírico: a) o uso de pesquisas em anos eleitorais e b) a opção por bancos de dados com o maior número de questões de posição e de variáveis consideradas relevantes pela literatura especializada. De antemão, cabe ressaltar que nem sempre os parâmetros foram cumpridos, em virtude da indisponibilidade de dados adequados para a presente investigação. O registro mais grave é a ausência de bons indicadores nos pleitos de 1994 e 1998, no período das disputas entre Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula (PT).

⁹Na mesma direção, e inspirando a ideia retratada, Singer (1999) destaca que o “reforço da autoridade do Estado para promover mudanças igualitárias, de modo que elas ocorram sem o prejuízo da ordem é o principal fator associado ao posicionamento ideológico no Brasil.

O uso do Datafolha/Cultura Política de 1993 para fazer inferências sobre o pleito de 1989 pode ser considerado outro “desvio”. Isso porque, conforme o segundo critério levantado, o estudo figura como mais apropriado para captar os desígnios ideológicos dos cidadãos, quando cotejado a pesquisas alternativas sobretudo do Datafolha/Cultura Política de 1989. Um aspecto devido ao número superior de questões de posição concernentes ao primeiro. O maior revés dessa escolha está na distância temporal da coleta de dados, que torna a declaração do voto mais imprecisa. No entanto, a consulta do resultado do embate entre Collor (PRN) e o candidato petista no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não expõe grandes diferenças das intenções de voto na base designada¹⁰.

De resto, as pesquisas apreciadas foram o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2002 e 2014 e o Barômetro das Américas (LAPOP), versões 2006 e 2010. Assim, contemplou-se 70% do total de eleições da República fundada em 1988. Cabe informar ainda que os itens não se repetem com a mesma configuração nos anos subsequentes, o que dificulta um pouco as medidas de comparabilidade.

As variáveis dependentes dos modelos possuem uma configuração binária, simulando a decisão do segundo turno dos pleitos presidenciais. Na configuração *dummy*, excluiu-se os casos faltantes e as abstenções. Os candidatos petistas foram assinalados como categorias omitidas.

Quanto às questões de posição, seguiu-se a dimensionalidade proposta por Silva (2016), fundamentada em três âmbitos independentes - exceto no LAPOP de 2014, em que o questionário estruturado permite o agrupamento somente da dimensão econômica. Os itens elencados¹¹ foram fatorializados e os parâmetros estimados via mínimos quadrados ponderados com erros-padrão robustos. Adotou-se as funções ordenadas e *probit* nos modelos de análise fatorial, tendo em vista que a maioria dos itens é categórica. Nos modelos multidimensionais, optou-se por um ajuste que autoriza a correlação entre as dimensões (rotação *oblimum*), em vez de um arquétipo ortogonal. Os fatores latentes possuem escala com variância de 1 e os valores mais elevados indicam orientações conservadoras nas respectivas dimensões. Na esfera econômica, “ser conservador” significa apoiar mecanismos pró-mercado; na social, dar suporte a posições contrárias às liberdades comportamentais; e, quanto à ordem, endossar um discurso de oposição às manifestações populares. A tabela 1 oferece um panorama dos itens selecionados nas diversas

¹⁰Segundo consulta ao sítio do TSE, Collor conquistou 53% dos votos, enquanto Lula galvanizou 46% do apoio. Enquanto isso, na base do Datafolha/Cultura Política de 1993, 56% dos eleitores disseram ter votado em Collor e 43% em Lula nas eleições de 1989.

¹¹A configuração completa dos itens aparece no apêndice metodológico.

bases.

Tabela 1: Bases, dimensões e itens selecionados

Bases	Dimensões		
	Econômica	Social	Ordem
CP 1993	Menos igualdade	Mulheres trabalhando	Manifestações
	Impostos	Homossexualidade	Protestos
	Liberdade empresários	Aborto	Greves
	Menos serviços públicos		
ESEB 2002	Controle serviços	Mulheres trabalhando	Passeatas
	Controle de preços	Homossexualidade	Greves
	Controle dos salários	Aborto	Comícios
LAPOP 2016	Liberdade empresas	Homens e política	Bloqueio das ruas
	Serviços públicos	Desemprego mulheres	Manifestações
	Intervenção do governo	Homossexualidade	Ocupações
	Desigualdade		
LAPOP 2010	Estado e bem-estar	Homossexualidade (I)	Manifestações
	Estado e empregos	Homossexualidade (II)	Invasões
	Estado e aposentadoria	Racismo (I)	Participação
	Estado e saúde pública	Racismo (II)	
ESEB 2014	Responsabilidade do governo		
	Iniciativa privada		
	Igualdade de renda		

Também fazem parte das equações as variáveis relativas aos determinantes contemplados nas seções anteriores: avaliações do desempenho econômico e do governo, identificação partidária, percepções acerca da economia, consciência subjetiva de ascensão social, opinião acerca das características pessoais dos candidatos, denominação religiosa, sofisticação e demais controles socioeconômicos. Os modelos possuem uma abordagem bayesiana com prévias não-informativas para os coeficientes de regressão com média zero e variância 1000¹². Foram calculadas 3 cadeias com 30 mil iterações, sendo que 10 mil delas foram descartadas como *burn-in*.

A vantagem de se trabalhar com escalas compostas de múltiplas medidas é de conter os im-

¹²Com o uso de prévias não-informativas os modelos bayesianos apresentam coeficientes quase idênticos a modelos inferenciais de máxima verossimilhança (Gill, 2015). A vantagem de se trabalhar com esse tipo de abordagem é que não precisamos referendar a ideia da replicabilidade das amostras, algo um tanto fictício para pesquisas concernentes às ciências sociais (Jackman, ver ano)

pactos dos erros de mensuração, tipicamente atinentes a pesquisas fundamentadas em questões individuais (Ansolabehere, *et al*, 2008). Além disso, reduz-se prováveis problemas de multicolinearidade. Em relação aos trabalhos de Baker e Greene (2015) e Bello (2016), a estratégia adotada apresenta duas desvantagens. Por não tratar os dados conforme estruturas dinâmicas - caso do artigo dos autores estadunidenses - assume-se o risco de endogeneidade. No presente trabalho também não houve preocupação com as causas do desenvolvimento de compreensões estruturadas do universo político entre os eleitores - efeito investigado por Bello. Não obstante, como o objetivo deste artigo é tão somente testar a associação entre as questões de posição e o voto, acredita-se que o desenho de pesquisa indicado satisfaz as proposições anteriormente levantadas.

Resultados

As medidas de ajuste da análise fatorial encontram-se na tabela 2. Em todos os anos, os postulados multidimensionais aparecem com valores de CFI acima do mínimo aceito (0,90); e de RMSEA abaixo de 0,05, considerado o limite desejável (Fabrigar et al., 1999; Reise et al., 2000). As baixas taxas de correlação dos fatores ($< 0,0$) reforçam a validade do enquadramento. Os coeficientes padronizados, exibidos no apêndice por motivo de espaço, rodam com magnitudes consideráveis nos fatores delimitados (sempre superiores a 0,4), reforçando a estruturação multidimensional dos preceitos políticos.

Tabela 2: Medidas de ajuste fatorial

Ano	CFI		RMSEA	
	Unidimensional	Multidimensional	Unidimensional	Multidimensional
1993	0.85	0.96	0.08	0.04
2002	0.74	0.98	0.12	0.03
2006	0.67	0.95	0.09	0.04
2010	0.69	0.97	0.17	0.02
2014	0.99	-	0.98	-

Nota: Nota: CFI = *Comparative Fit Index*; RMSEA = *Root Mean Squared Error of Approximation*.

Seguindo com o exame das questões de posição, na tabela 3 estão dispostas as distribuições posteriores dos coeficientes das três dimensões, junto com as variáveis controle e os erros-padrão (em parênteses) dos modelos. Pelo menos uma dimensão se mostrou estatisticamente significativa

nas regressões estimadas, contrariando de imediato a tese da “síndrome do Flamengo”.

Tabela 3: Determinantes do voto no Brasil

	CP 1993	ESEB 2002	LAPOP 2006	LAPOP 2010	ESEB 2014
Questões de posição					
Dimensão econômica	0,28 (0,26)	0,28 (0,29)	0,84 (0,33)	0,16 (0,07)	0,41 (0,19)
Dimensão moral	0,64 (0,24)	0,62 (0,24)	0,10 (0,03)	0,07 (0,06)	
Ordem	0,69 (0,24)	-0,07 (0,28)	-0,10 (0,06)	0,03 (0,05)	
Avaliação desempenho					
Av. retrospectiva (soc)	-0,04 (0,04)		0,10 (0,07)	0,23 (0,15)	-0,11 (0,05)
Av. retrospectiva (ego)			0,00 (0,06)	0,04 (0,05)	
Av. prospectiva (soc)		0,12 (0,08)	0,03 (0,11)	-0,03 (0,05)	0,03 (0,06)
Av. prospectiva (ego)		-0,05 (0,16)		-0,12 (0,09)	
Av. governo		0,21 (0,04)	0,69 (0,11)	0,37 (0,05)	0,50 (0,04)
Av. economia (soc)			0,10 (0,05)	-0,17 (0,04)	
Av. economia (ego)			0,12 (0,06)	-0,05 (0,04)	
Ascensão classe					-0,05 (0,08)
Avaliação candidato					
Simpatia Lula	-1,97 (0,12)	-0,50 (0,02)		-0,34 (0,05)	
Simpatia Serra		0,39 (0,03)			
Simpatia Dilma					0,00 (0,00)
Simpatia Aécio					0,00 (0,00)
Identificação partidária					
Outros		0,09 (0,21)	0,63 (0,25)	0,06 (0,22)	
PFL	0,38 (0,29)				
PDS	0,66 (0,28)				
PSDB	-0,14 (0,30)	1,22 (0,32)	1,64 (0,36)	0,85 (0,28)	1,49 (0,09)
PMDB	0,23 (0,15)	0,08 (0,26)	0,16 (0,20)		
PT	-1,42 (0,21)	-1,74 (0,29)	-1,28 (0,43)	-0,54 (0,13)	-0,89 (0,10)
PDT	-0,69 (0,28)				
Beneficiário PBF			-0,16 (0,05)	-0,11 (0,09)/	0,15 (0,12)
Sociodemográficas					
Sofisticação	-0,05 (0,03)	0,82 (0,27)	0,22 (0,09)	0,05 (0,04)	0,12 (0,04)
Renda	-0,21 (0,29)	0,14 (0,17)	0,10 (0,05)	0,01 (0,02)	0,06 (0,03)
Sexo (mulher)	-0,25 (0,12)	0,07 (0,08)	0,14 (0,12)	-0,01 (0,07)	-0,16 (0,07)
Cor (branco)	-0,03 (0,13)	0,04 (0,08)	0,25 (0,21)	0,51 (0,10)	0,15 (0,11)
Escolaridade	-0,84 (0,30)	-0,11 (0,23)	0,05 (0,02)	0,00 (0,01)	0,01 (0,02)
Idade (29-44)	0,09 (0,14)	-0,19 (0,19)	0,28 (0,23)	0,12 (0,11)	0,54 (0,19)
Idade (45-64)	-0,14 (0,17)	0,11 (0,21)	0,71 (0,31)	-0,01 (0,12)	0,05 (0,19)
Idade (65 +)	1,02 (0,35)	-0,05 (0,28)	0,28 (0,38)	0,00 (0,09)	0,32 (0,28)
Católicos	0,42 (0,20)	0,22 (0,23)	-0,03 (0,26)	-0,08 (0,09)	0,08 (0,19)
Evangélicos	0,77 (0,28)	0,40 (0,28)	0,12 (0,33)	-0,23 (0,12)	-0,11 (0,21)
Região Norte/Centro-Oeste	0,65 (0,23)	0,17 (0,02)	-0,56 (0,21)	0,07 (0,12)	0,09 (0,12)
Região Nordeste	0,21 (0,20)	-0,24 (0,25)	-0,77 (0,31)	-0,26 (0,13)	-0,47 (0,14)
Região Sudeste	0,26 (0,18)	-0,15 (0,21)	-0,38 (0,19)	0,06 (0,12)	-0,21 (0,23)
N	1868	1931	888	1335	2100

Nota: Erros-padrão robustos entre parênteses.

Se olharmos os períodos separadamente, em 1993, a dimensão econômica não teve peso na escolha eleitoral, ao passo que o conservadorismo atinente aos costumes sociais e à participação popular está positivamente associado com o sufrágio em Collor (PRN). Em contraste, as avaliações de desempenho, um dos aspectos preponderantes das conceituações do comportamento político, não evidenciam o protagonismo revelado em tempos posteriores. Também pudera: as candidaturas mais expressivas daquele pleito se apresentavam em situação de ruptura com as lideranças incumbentes. Por consequência, nem o postulante do PRN, tampouco Lula, seriam capazes de galvanizar o apoio do governo Sarney, fato que transforma a disputa em um embate *sui generis* no contexto dos embates presidências no país. Além dos *issues*, simpatizantes de Lula, eleitores com maiores níveis de sofisticação e escolaridade e os mais jovens evitaram a candidatura de Collor. As identificações partidárias atestaram importância com os petistas e pedetistas contrários, e pedessistas a favor, do postulante do PRN.

Em 2002, apenas a dimensão moral aparece com algum destaque. Neste período, as tradicionais variáveis da ciência política retomam o posto de ingredientes principais do caldo eleitoral, destacando-se o personalismo - tendo na afeição aos candidatos Lula e Serra dois determinantes de relevo -, a conjectura dos rumos econômicos e o sentimento acerca das legendas. Dentre os componentes sociodemográficos, salienta-se a sofisticação política.

A dimensão econômica finalmente adquire proeminência em 2006, junto com os perduráveis aspectos morais. A competição renovada entre PT e PSDB parece ter ativado as diferenças no gerenciamento dos negócios públicos desde então. Cumpre ressaltar que, logo depois do primeiro mandato Lula, a ciência política nacional começou a discutir a possibilidade de um realinhamento no país - evento importante para elucidar a alteração das clivagens eleitorais, definindo um novo ciclo político (Hunter e Power, 2007; Nicolau e Peixoto, 2007; Soares e Terron, 2008; Zucco, 2008; Rennó e Cabello, 2010; Singer, 2010; Bohn, 2011; Zucco e Power, 2013; Silva e Rennó, 2015).

Conforme Singer (2010), a modificação da base lulista - que passou a ser constituída por cidadãos com baixos níveis de renda e escolaridade, sobretudo das regiões norte e nordeste do Brasil - expressa uma conversão em duplo sentido: de um lado, a aproximação de grupos sociais mais carentes, beneficiados pelas conquistas materiais provenientes dos programas de governo; de outro, o concomitante afastamento dos setores de classe média, por conta da vinculação da liderança e do Partido dos Trabalhadores no escândalo do “mensalão”, em maio de 2005, e de um “cerco político-midiático ao presidente” (Singer, 2010:84). Especula-se, portanto, que a reorientação econômica promovida pelo PT, baseada na concessão de crédito aos trabalhadores

mais pobres, no controle de preços da cesta básica, no aumento real do salário mínimo e no Programa Bolsa Família, foi notada pelos eleitores e começou a ser um determinante considerável dos pleitos presidenciais. Afinal, a partir de então os cidadãos tiveram a oportunidade de comparar dois projetos presidenciais distintos.

Senão vejamos: se, antes de 2006, a variável não tinha assumido relevância, depois desse momento ela figura como um preditor estatisticamente significativo, tanto em 2010 quanto na acirrada disputa de 2014¹³. Por seu turno, a ampliação do cânone democrático deixou de entrar no cômputo geral dos votantes. O sentido assembleísta de organização horizontal e de radicalização do PT cedeu lugar a um “reformismo fraco, pautado pelos processos de burocratização do partido¹⁴.

Em 2006, 2010 e 2014 a identificação partidária e o desempenho da economia compõem o conjunto das variáveis de relevo. Entre os fatores sociodemográficos, idade - com os mais velhos aprofundando a campanha das candidaturas conservadoras - cor, região, escolaridade e sofisticação exibem algum impacto nos respectivos anos.

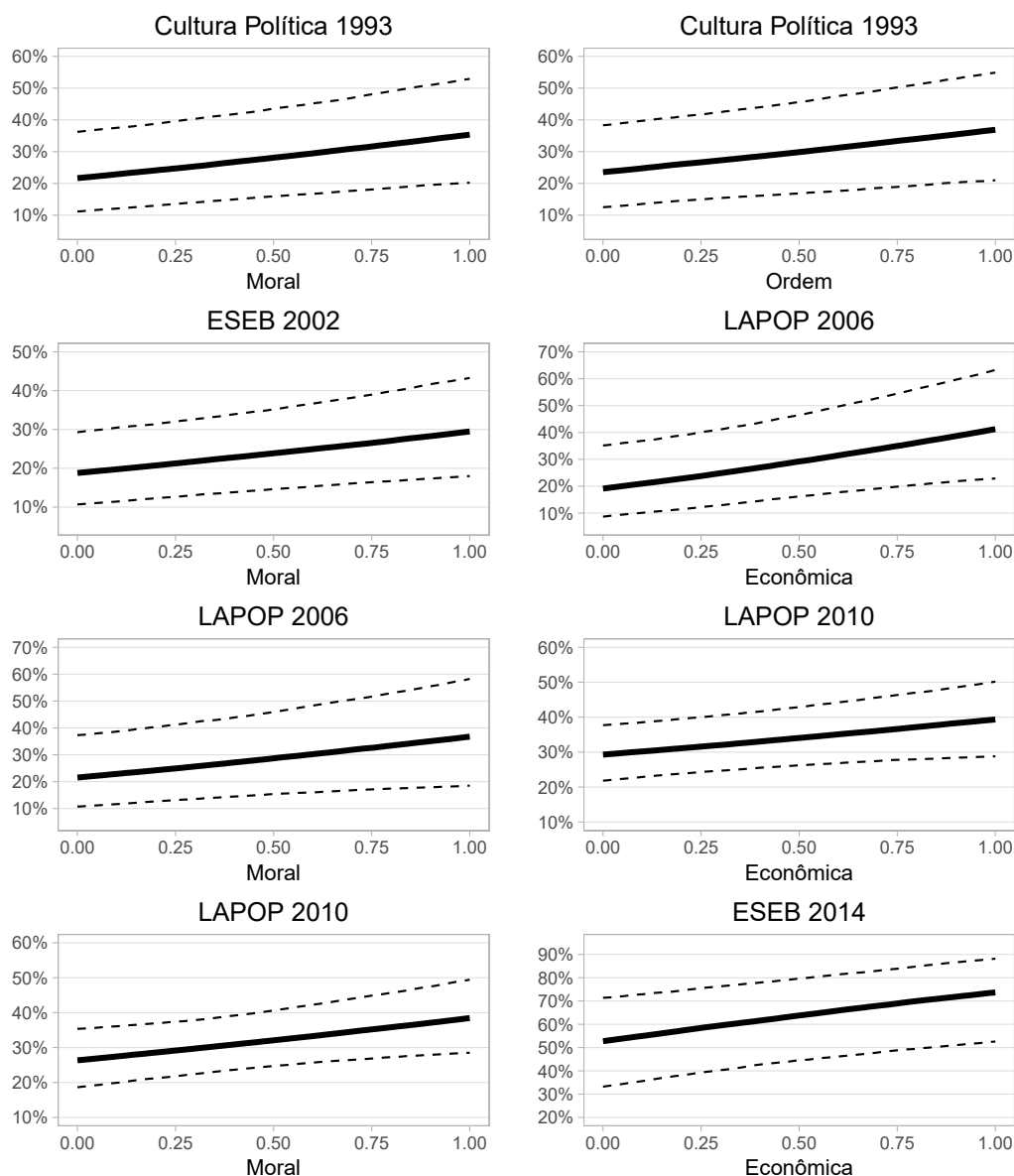
Portanto, os achados expostos acima contrariam a primeira hipótese deste artigo, a de que os brasileiros dispensam as questões de posição para escolher seus candidatos favoritos em pleitos presidenciais. Para melhor visualizar a magnitude dos efeitos dos *issues*, calculou-se as probabilidades de voto nos presidencialistas de partidos conservadores, segundo posicionamentos reacionários nas dimensões considerada. A figura 1 exhibe as diferenças entre aqueles que mantêm preferências progressistas e conservadoras nos tópicos em questão e os intervalos de credibilidade (em 95%)¹⁵. Mantidas todas as demais variáveis constantes, e levando em conta somente os extremos, nota-se que a chance de um indivíduo destinar seu voto a candidatos à direita do espectro político aumenta 14%, em média, quando o mesmo sustenta predileções conservadoras nas dimensões destacadas. À guisa de exemplo, a probabilidade de uma eleitora apoiar Alckmin em 2006 subia em torno de 3% de acordo com o seu nível de posicionamento pró-mercado.

¹³No ano de 2014 tivemos a disputa presidencial mais acirrada desde a fundação da Nova República, em 1988. A presidenta Dilma Rousseff (PT) superou seu principal adversário, o Senador Aécio Neves (PSDB), por pequena margem de votos (1,64%).

¹⁴Sobre a transformação paulatina do PT, ver Singer (2010).

¹⁵A interpretação dos intervalos de credibilidade guarda bastante semelhança com os intervalos de confiança. A diferença fundamental é que os intervalos bayesianos são computados sem fazer referência a uma hipotética distribuição amostral. Depois de estimar a probabilidade posterior dos parâmetros, os intervalos de credibilidade devem ser analisados como os quantis correspondentes à distribuição considerada (Gill, 2015).

Figura 1: Efeitos marginais das questões de posição

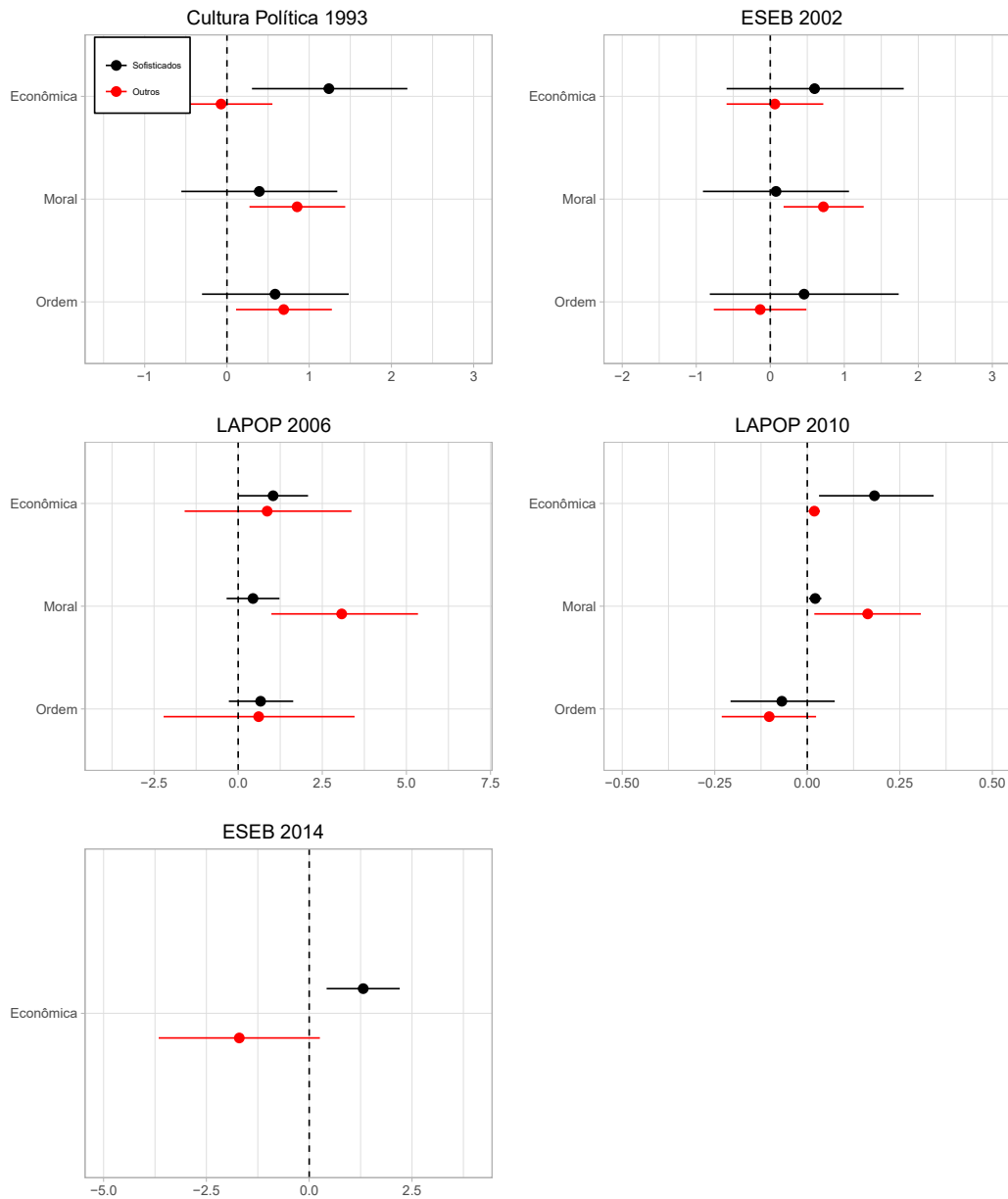


Nota: Gráfico estimado com dados do Datafolha/Cultura Política 1993, LAPOP 2006 e LAPOP 2014.

A segunda hipótese examinada faz referência a uma possível dessemelhança entre as saliências atribuídas de acordo com o nível de sofisticação política dos eleitores. Para testar esse raciocínio, estimou-se as mesmas regressões expostas anteriormente, porém separando os ditos sofisticados daqueles com menor nível de sofisticação. Dividiu-se ambos os segmentos a partir das sugestões expressas por Luskin (1990), segundo o qual a variável deve ser mensurada mediante o grau de conhecimento político de um cidadão. Assim, os respondentes que concederam resoluções corretas para as questões arguidas receberam um ponto; enquanto os demais, zero. Nas bases trabalhadas sempre se dispôs de mais de um item para diagnosticar as ocorrências e, desse modo,

separou-se os dois grupamentos a partir do 3o quartil das distribuições avaliadas.

Figura 2: Efeitos das questões de posição, segundo a sofisticação política



Nota: Gráfico estimado com dados do Datafolha/Cultura Política 1993, LAPOP 2006 e LAPOP 2014.

Os efeitos preditos das regressões constam na figura 2. Nela, aparecem as diferentes saliências organizadas por ano, ponderadas de acordo com a sofisticação dos entrevistados. *Grosso modo*, verifica-se a disparidade observada entre as duas categorias. Controlando os demais fatores, os mais sofisticados normalmente privilegiam a dimensão econômica como bússola para a orientação do voto para presidente, ao passo que os menos sofisticados se ancoram em conceituações morais e, excepcionalmente em 1993, relativas à ordem. O único ano em que os grupos observados

coincidem nas saliências destacadas é na eleição de 2010, embora a magnitude do efeito seja um tanto díspar entre os dois perfis.

Em suma, embora as questões de posição figurem como atributos importantes do voto nos pleitos investigados, estas não são abalizadas igualmente pelos eleitores. O achado se soma aos apontamentos feitos anteriormente por Batista (2013): além de ter predileções políticas mais estáveis ao longo do tempo, adquirir mais informações e expressar mais opiniões, os sofisticados enquadram os fatos políticos de acordo com saliências diferentes. A discordância com os exames de Batista, portanto, é pontual. Com os dados observados, chegou-se à conclusão de que o suposto da organização multidimensional dos preceitos políticos não se altera de acordo com o nível de sofisticação dos indivíduos. No entanto, vale dizer, o intuito do autor no trabalho citado era somente de aferir o arranjo das crenças em torno de uma única dimensão - no caso, a econômica - que se mostrou mais cara, de fato, àqueles com maior grau de instrução.

Considerações finais

Em quase três décadas de estudo sobre os condicionantes do voto no país, os diagnósticos predominantes enfatizam um cenário sombrio: o caráter volátil e pouco estruturado das crenças políticas, pautado por compreensões intuitivas dos fundamentos do jogo institucional. Diante desse quadro, as análises mais otimistas ressaltam a suposta independência de um eleitor não afeito à influência dos partidos e do sistema convencional de posicionamento no espectro esquerda-direita - horizonte propício, portanto, para uma avaliação aprimorada da atuação dos governantes. Em outras palavras, a “racionalidade” da conduta política estaria fincada apenas na avaliação do desempenho dos governantes e, quando muito, na identificação partidária dos eleitores.

Fica a impressão, no entanto, que os postulados confeccionados nesse período tomaram elaborações desenvolvidas a priori, ou seja, sem comprovações empíricas substantivas. A convicção de um conjunto de eleitores que padece de uma enfermidade, a “síndrome do Flamengo”, sedimentou os alicerces de uma literatura pouco atenta às convicções políticas dos eleitores. A proposta, portanto, é de inclusão – tanto nos trabalhos acadêmicos, quanto nas pesquisas de opinião - das formulações políticas atinentes às questões coletivas.

Ao longo do artigo, foi demonstrado que os eleitores no Brasil se utilizam de questões de posição para escolher seus governantes. Aqui, cumpre informar a inclusão dos tradicionais preditores do voto em todos os modelos apresentados, fato que reforça os achados. O aspecto, entretanto, não é uma novidade construída com o passar dos anos, mas um elemento resiliente da

política nacional desde a abertura do regime no final dos anos 1980. Fora isso, o trabalho exposto realça as diferentes saliências ponderadas de acordo com o grau de sofisticação dos cidadãos: para os mais sofisticados, os postulados ligados à economia ocupam um lugar central nas escolhas presidenciais; enquanto a dimensão moral recebe mais atenção do restante do eleitorado.

O diagnóstico alternativo, no entanto, não invalida asserções pautadas nas insuficiências do sistema democrático brasileiro, mas convida a uma reflexão acerca da normatividade ostentada pelos especialistas, que continuam construindo uma narrativa pejorativa a respeito das potencialidades do público. Em vez dos atestados de inépcia, mais significativos seriam os esforços voltados para a compreensão das considerações e dos comportamentos dos comuns.

Referências Bibliográficas

Ansolahehere, S. and Rodden, J. e Snyder, J. (2008). The strength of issues: Using multiple measures to gauge preference stability, ideological constraint, and issue voting. *American Political Science Review*, 102(02):215232.

Amaral, O. e Ribeiro, P. F. (2015). Por que Dilma de novo? uma análise exploratória do estudo eleitoral brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56):107123.

Ames, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV Editora.

Ashton, M., Danso, H., Maio, G., Esses, V., and Bond, M. e Keung, D. (2005). Two dimensions of political attitudes and their individual difference correlates: A cross-cultural perspective. In *Culture and social behavior: The Ontario symposium*, volume 10, pages 129. Lawrence Erlbaum Mahwah, NJ.

Baker, A. e Green, K. (2011). The latin american lefts mandate: free-market policies and issue voting in new democracies. *World Politics*, 63(01):4377.

Baker, A. e Green, K. (2015). Positional issue voting in latin america. *The latin american voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*, pages 17394.

Baquero, M. (1994). Os desafios na construção de uma cultura política democrática na América latina: Estado e partidos políticos. *Cultura política e democracia: Os desafios das sociedades contemporâneas*, pages 2641.

Batista, F.. (2013). Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. *Opinião Pública*, 19(2), 291-319.

- Braga, M. S. e Pimentel, J. (2011). Os partidos politicos brasileiros realmente nao importam? *Opinio Publica*, 17(2):271303.
- Bello, A. (2016). A logica social do voto correto no brasil. *Opinio Publica*, 22(2):466 491.s
- Bohn, S. (2004). Evangelicos no brasil: perfil socioeconomico, a nidades ideologicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinio Publica*, 10(2):288338.
- Bonifacio, R. and Caselecchi, Gabriel e Freitas, V. (2014). Ideologia e voto nas eleicoes presidenciais brasileiras. In: *O voto para presidente no Brasil: condicionantes e fatores explicativos (1989-2010)*.
- Carmines, E. G. and DAMico, N. J. (2015). The new look in political ideology research. *Annual Review of Political Science*, 18:205216.
- Carreirao, Y. (2002). Identificacao ideologica e voto para presidente. *Opinio Publica*, 8(1):5479.
- Carreirao, Y. e Barbeta, P. (2004). A eleicao presidencial de 2002: a decisao do voto na regio da grande sao paulo. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, 19(56):7593.
- Castro, M. e Santos, W. G. (1992). Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*.
- Conover, Pamela Johnston e Feldman, S. (1981). The origins and meaning of liberal/conservative self-identifications. *American Journal of Political Science*, pages 617645.
- Converse, P. (1964). *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. London: Free Press of Glencoe.
- Dagnino, E. and Rivera, A. e Pan chi, A. (2006). *La disputa por la construccion democratica en America Latina*, volume 3. CIESAS.
- Feldman, S. e Johnston, C. (2014). Understanding the determinants of political ideology: Implications of structural complexity. *Political Psychology*, 35(3):337358.
- Heath, A., Evans, G., and Martin, J. (1994). The measurement of core beliefs and values: The development of balanced socialist/laissez faire and libertarian/authoritarian scales. *British Journal of Political Science*, 24(01):115132.
- Hunter, W. e Power, T. (2007). Rewarding lula: executive power, social policy, and the brazilian elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, 49(1):130.
- Hurwitz, J. e Peffley, M. (1987). How are foreign policy attitudes structured? a hierarchical model. *American Political Science Review*, 81(04):10991120.

- Licio, E. and Renno, L. e Castro, H. (2009). Bolsa familia e voto na eleicao presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinio Publica*, 15(1):3154.
- Limongi, F. e Cortez, R. (2010). As eleicoes de 2010 e o quadro partidario. *Novos estudos-CEBRAP*, (88):2137.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge University Press.
- Mendes, A. e Venturi, G. (2015). Eleicao presidencial: o plano real na sucessao de itamar franco. *Opinio Publica*, 2(2):5972.
- Nicolau, J. (2006). O sistema eleitoral de lista aberta no brasil. *Dados*, 49(4):689 720.
- Nicolau, J. (2007a). An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression. *Brazilian Political Science Review*, 1(1):125135.
- Oro, A. (2006). A politica da Igreja Universal e seus re exos nos campos religioso e politico brasileiros. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*.
- Peixoto, V. e Renno, L. (2011). Mobilidade social ascendente e voto: as eleicoes presidenciais de 2010 no brasil. *Opinio Publica*, 17(2):304332.
- Reis, F. W. (1988). Identidade, politica e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, 3(6):2638.
- Renno, L. e Cabello, A. (2010). As bases do lulismo a volta do personalismo, realinhamento ideologico ou nao alinhamento? *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, 25(74).
- Renno, L. e Ames, B. (2014). Pt no purgatorio: ambivalencia eleitoral no primeiro turno das eleicoes presidenciais de 2010. *Opinio Publica*, 20(1):0125.
- Rodrigues, G. e Fuks, M. (2015). Social groups and political preference: the evangelical vote in Brazil. *Revista Brasileira de Ciencias Sociais*, 30(87):115128.
- Samuels, D. (1997). Determinantes do voto partidario em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidencias sobre o brasil. *Dados*, 40(3).
- Samuels, D. e Zucco, C. (2014). The power of partisanship in brazil: Evidence from survey experiments. *American Journal of Political Science*, 58(1):212225.
- Silva, Thiago Moreira e Renno, L. (2015). Perdendo o o da meada: contradicoes e ambiguidades na teoria do realinhamento. *Revista Brasileira de Informacao Bibliografica*, 77:523.
- Singer, A. (1999). Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identidade ideologica nas

disputas presidenciais de 1989 e 1994. Edusp.

Soares, G. e Terron, S. (2008). Dois lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinio Publica*, 14(2):269-301.

Stokes, D. (1963). Spatial models of party competition. *American political science review*, 57(02):368-377.

Tavares, J. (1994). Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia. Relume Dumara.

Treier, Shawn e Hillygus, D. S. (2009). The nature of political ideology in the contemporary electorate. *Public Opinion Quarterly*, page 67.

Apêndice Metodológico

Todas as questões utilizadas ao longo do trabalho estão dispostas abaixo.

Cultura Política 1993

Dimensão econômica

“Agora, vou ler frases e gostaria de saber a sua opinião sobre elas. O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual”.

“Agora, vou ler frases e gostaria de saber a sua opinião sobre elas. As leis e os impostos do governo impedem as empresas de ter os lucros que necessitam”.

“Agora, vou ler frases e gostaria de saber a sua opinião sobre elas. É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os seus empregados”.

“Agora, vou ler frases e gostaria de saber a sua opinião sobre elas. O governo deveria oferecer menos serviços públicos, incluindo coisas como saúde e educação, para reduzir os impostos”.

Dimensão moral

“Agora, eu gostaria que você me dissesse se está de acordo, ou em desacordo com as seguintes afirmações: O melhor que uma mulher pode fazer é ocupar-se de sua casa”.

“Agora, eu gostaria que você me dissesse se está de acordo, ou em desacordo com as seguintes afirmações: Os homossexuais são pessoas que devem ser aceitos como qualquer outra”.

“Agora, eu gostaria que você me dissesse se está de acordo, ou em desacordo com as seguintes afirmações: Deve-se permitir o aborto a toda mulher que queira fazê-lo”.

Ordem

“Agora, eu gostaria de saber o que você acha de certas coisas que, às vezes, o governo faz quando há protestos: Usar a polícia contra manifestações de rua”.

“Agora, eu gostaria de saber o que você acha de certas coisas que, às vezes, o governo faz quando há protestos: Fazer leis para proibir manifestações de protesto”.

“Agora, eu gostaria de saber o que você acha de certas coisas que, às vezes, o governo faz quando há protestos: Usar tropas para acabar com greves”.

“Você concorda ou discorda que o governo brasileiro deva ter o direito de: Proibir greves”.

Avaliação retrospectiva egotrópica

“Comparando com a vida que os seus pais tiveram quando tinham a sua idade, você acha que do ponto de vista financeiro você está: Melhor, igual, pior ou não sabe?”

Identificação partidária

“Agora, eu gostaria de fazer algumas perguntas sobre os partidos políticos brasileiros: Primeiro, poderia me dizer de que partido político você se sente habitualmente mais próximo?”.

Avaliação do candidato

“Agora, gostaria de saber como você vê algumas figuras destacadas da vida do Brasil e do mundo. Você simpatiza ou não simpatiza com: Lula”.

Sofisticação (variável aditiva)

“Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Presidente da República”.

“Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Governador do Estado”.

“Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um senador do seu estado”.

“Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um deputado do seu estado”.

“Você poderia me dizer o nome de alguns políticos do país, do seu estado e de sua cidade? Um presidente de partido político”.

Eseb 2002

Dimensão econômica

“O governo deve controlar o preço de todos os serviços básicos, como por exemplo do transporte”.

“O governo deve definir qual o valor dos salários de todos os funcionários de todas as empresas do Brasil”.

“O governo deve controlar os preços de todos os produtos vendidos no Brasil”.

Dimensão moral

“Vou ler outras frases e para cada frase eu gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda muito, concorda um pouco, discorda um pouco ou discorda muito. Um programa de televisão que defende o casamento de homem com homem e mulher com mulher deve ser proibido”.

“Na sua opinião: Os homens devem dividir com as mulheres o trabalho de cuidar da casa e dos filhos ou essa é uma responsabilidade da mulher?”

“Com qual das frases o(a) Sr(a) concorda mais: O aborto deve ser proibido em qualquer situação, o aborto deve ser permitido se a mulher ficar grávida por causa de estupro ou o aborto deve ser permitido em qualquer situação?”

Ordem

“Agora eu vou mencionar vários tipos de protestos contra o governo, e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se o protesto deve sempre ser permitido, deve ser permitido na maioria das vezes, deve ser proibido na maioria das vezes, ou se deve sempre ser proibido.

Passatas.

Greves.

Comícios”.

Avaliação do candidato

“Agora usando as mesmas notas, gostaria que o(a) Sr(a) me dissesse o quanto gosta de alguns políticos que vou mencionar. Quero lembrar que, zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do político que vou mencionar e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. De novo, se o(a) Sr(a) não conhecer o político que eu disser, diga apenas que não o conhece.

Lula.

José Serra”.

Identificação partidária

“Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?”

Avaliação economia

“O(a) Sr(a) está preocupado em perder o emprego/trabalho nos próximos 6 meses?”

Avaliação de governo

“Na sua opinião, de uma maneira geral o Governo Fernando Henrique nos últimos 4 anos foi: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo”.

Sofisticação (variável aditiva)

“Na sua opinião, qual é o partido do Presidente Fernando Henrique Cardoso?”

“Na sua opinião o número 13 é de qual partido?”

“Nessa eleição, Denise Frossard foi eleita Deputada Estadual, Deputada Federal ou Senadora?”

“E Carlos Minc, foi eleito Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador?”

LAPOP 2006

Dimensão econômica

“É preciso dar mais liberdade para as empresas dispensarem os empregados”.

“O governo deveria oferecer menos serviços públicos, como saúde e educação, para reduzir os impostos”.

“Quanto menos o governo intervier na economia, melhor para o país”.

“Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais”.

Dimensão moral

“No geral, homens são mais adequados para a carreira política do que mulheres”.

“Quando o desemprego é elevado, os homens deveriam ter mais direito ao trabalho do que as mulheres”.

“Agora eu vou falar de assunto polêmico. O que o(a) sr(a) acha de homens que fazem sexo com homens?”

Ordem

“Agora vamos mudar para outro cartão. Este novo cartão tem uma escala de 10 pontos, que vão de 1 a 10, sendo que o 1 indica que o sr./sra desaprova fortemente e o 10 indica que aprova fortemente. Vou ler uma lista de algumas ações ou coisas que as pessoas podem fazer para atingir suas metas e objetivos políticos. Quero que me diga aprovaria ou desaprovaria as seguintes ações:

“A participação de pessoas no bloqueio de ruas ou rodovias”.

“A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei”.

“A ocupação de fábricas, escritórios ou outros edifícios”.

Sofisticação (variável aditiva)

“Qual é o nome do atual presidente dos Estados Unidos?”

“Como se chama o Presidente da Câmara de Deputados?”

“De quanto tempo é o mandato do presidente no Brasil?”

“Como se chama o presidente do Chile?”

“Qual é o partido do presidente Lula?”

Avaliação prospectiva

“O(a) Sr(a) está preocupado em perder o emprego/trabalho nos próximos 6 meses?”

Avaliação de governo

“E falando do governo, em geral, como o sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando?”

Avaliação econômica sociotrópica

“Como sr./sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr./sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Avaliação econômica egotrópica

“Como sr./sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O sr./sra acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Identificação partidária

“Qual o partido que melhor representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa?”

Bolsa família

“O(A) sr./sra. ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do governo, como por exemplo do Programa Bolsa Família?”

Lapop 2010

Avaliação economia (sociotrópica)

“Agora, falando da economia...Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Avaliação retrospectiva (sociotrópica)

“O (a) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?”

Avaliação prospectiva (sociotrópica)

“O(A) sr./sra. diria que em doze meses a situação econômica do país vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?”

Avaliação economia (egotrópica)

“Como o(a) sr./sra. avalia, em geral, sua situação econômica? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?”

Avaliação retrospectiva (egotrópica)

“O(A) sr./sra. acha que sua atual situação econômica está melhor, igual ou pior que há doze meses?”

Avaliação prospectiva (egotrópica)

“O(A) sr./sra. diria que em doze meses sua situação econômica vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?”

Avaliação de governo

“Falando em geral do atual governo, como o(a) sr./sra. avalia o trabalho que o Presidente Lula está realizando”.

Dimensão econômica

“O Estado brasileiro, mais que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”

“O Estado brasileiro, mais do que as empresas privadas, deve ser o responsável principal por criar empregos. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”

“O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo pagamento das aposentadorias. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”

“O Estado brasileiro, mais do que o setor privado, deve ser o responsável pelo provimento de serviços de saúde (hospitais). Até que ponto concorda ou discorda desta frase?”

Dimensão moral

“E agora, mudando de assunto e pensando nos homossexuais, quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que estas pessoas possam candidatar-se para cargos públicos?”

“Quanto o(a) sr./sra. aprova ou desaprova que casais homossexuais tenham o direito de se casar?”

“A mistura das raças é bom para o Brasil. Até que ponto o(a) sr./sra. concorda ou discorda desta frase?”

“Estaria de acordo que uma filha ou filho seu se casasse com uma pessoa negra. Até que ponto o(a) sr./sra. concorda ou discorda desta frase?”

Ordem

“A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?”

“A participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades. Até que ponto aprova ou desaprova?”

“A invasão de propriedades ou terrenos privados para protestar. Até que ponto aprova ou desaprova?”

Bolsa família

“O(A) sr./sra. ou alguém em sua casa recebe ajuda mensal em dinheiro ou em produtos do governo, como por exemplo do Programa Bolsa Família?”

“Atualmente o(a) sr./sra. simpatiza com algum partido político?”

ESEB 2014

Dimensão econômica

“O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos”.

“Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio”.

“A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária”.

Avaliação de governo

“Na sua opinião, de uma maneira geral o governo da presidente Dilma Rousseff nos últimos 4 anos foi ótimo, bom, ruim ou péssimo?”

Avaliação prospectiva (egotrópica)

“Pensando no futuro, daqui uns 10 anos, o(a) sr(a) acha totalmente possível, possível, impossível ou totalmente impossível que o seu padrão de vida será melhor?”

Avaliação retrospectiva (sociotrópica)

“Na sua sua opinião, a atual situação econômica do Brasil está melhor, igual ou pior, que há 10 anos?”

Identificação partidária

“Qual partido o(a) sr(a) gosta?”

Ascensão de classe

“Nos últimos anos, tem-se falado que muitas pessoas mudaram de classe social. Pensando nisso, considerando os últimos 8 anos, o(a) sr(a) diria que o(a) sr(a) e sua família mudaram de classe social ou permaneceram na mesma classe que estavam há 8 anos atrás?”

Personalismo

“Quero lembrar que, zero significa que o(a) sr(a) não gosta de jeito nenhum do político que vou mencionar e dez que o(a) sr(a) gosta muito. De novo, se o(a) sr(a) não conhecer o político que eu citar, diga apenas que não o conhece. Lula”

Resultados da análise fatorial confirmatória, por ano

Tabela 4: Cultura Política 1993 e ESEB 2002

Cultura Política 1993			
	Economia	Social	Ordem
Menos igualdade	0.56		
Leis/impostos contra empresas	0.51		
Mais liberdade empresários	0.49		
Menos serviços públicos		0.41	
Mulheres em casa		0.51	
Homossexualidade		0.56	
Aborto		0.49	
Contra manifestações			0.56
Proibir protestos			0.68
Proibir greves			0.76
ESEB 2002			
Controle serviços governo	0.71		
Controle preços governo	0.62		
Controle salários governo	0.54		
Homossexualidade		0.45	
Mulheres trabalhando		0.65	
Aborto		0.49	
Passeatas			0.77
Greves			0.66
Comícios			0.64

Tabela 5: ESEB 2006, LAPOP 2010 e LAPOP 2014

LAPOP 2006			
	Economia	Social	Ordem
Liberdade empresas	0.52		
Menos serviços	0.46		
Menor intervenção governo	0.41		
Desigualdade não importa	0.52		
Homens adequados política		0.41	
Desemprego mulheres		0.43	
Homossexualidade		0.52	
Bloqueio ruas			0.68
Manifestações permitidas			0.61
Ocupações			0.51
LAPOP 2010			
Estado responsável bem-estar	0.55		
Estado responsável empregos	0.47		
Estado responsável aposentadoria	0.60		
Estado responsável saúde		0.47	
Homossexualidade (1)		0.58	
Homossexualidade (2)		0.45	
Racismo (1)		0.56	
Racismo (2)		0.52	
Manifestações			0.67
Invasão propriedades			0.68
Participação comunidades			0.71
LAPOP 2014			
Governo responsável todos	0.45		
Mais iniciativa privada	0.56		
Renda mais igualitária	0.42		